

Um texto inédito, em Portugal, do Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno sobre tema da História do Brasil

Dário Moreira de Castro Alves *

Tendo recebido honroso convite da Comissão Organizadora, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de uma Colectânea de Estudos em Homenagem ao Professor Dr. Humberto Carlos Baquero Moreno, professor catedrático daquela instituição de ensino superior, sem dúvida grande luminar no estudo da História, matéria em que é versado, especialmente no domínio da História Medieval Peninsular, apressei-me, prazerosamente, em aceitá-lo. Como brasileiro, residente permanente em Portugal há quase doze anos, procurei orientar-me, no cumprimento de meu compromisso, na linha de comentar e ver publicado, com a gentil aquiescência do Professor Baquero Moreno, um texto de sua autoria, inédito em Portugal, em que abordou directamente temática da Historiografia brasileira. Intitula-se esse texto, que foi publicado no Brasil em recente número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, com sede no Rio de Janeiro, *Uma Carta da Duquesa de Mantua ao Cabido da Sé de Miranda sobre os Negócios do Brasil*.

Assim concentro-me neste tema, deixando à parte os temas que constam dos trabalhos do professor Baquero Moreno, cujo número se situa na ordem dos duzentos e quarenta textos, da mais variada natureza, sejam livros, comunicações académicas, discursos, apresentações, artigos e outros. Estou certo de que a Comissão Organizadora concordará com a presente orientação de apresentar minha contribuição fora dos parâmetros da História Medieval.

A colonização do Brasil teve, obviamente, início pelo litoral. No princípio mesmo dos relatos históricos sobre o Brasil, os colonizadores portugueses foram comparados a caranguejos, porque se localizavam e actuavam de preferência junto ao mar no período de 1500 a 1530, antes do estabelecimento, por D. João III, das Capitánias Hereditárias. Naquele período apenas tinham surgido algumas feitorias espalhadas ao longo do litoral da nova terra. Depois do facto de grande importância, que foi a expedição de Martin Afonso de Sousa, no começo da década dos 30, do século XVI, no alvorecer do que veio a ser o Brasil, começaram a surgir no litoral as vilas, das quais a primeiríssima foi São Vicente, na faixa litorânea do que é hoje o Estado de São Paulo. Em cada uma das Capitánias fundou-se uma vila principal, pelo menos. Em 1549 foi instituído, ainda por D. João III, o Governo Geral do Brasil, quando surgiram as primeiras cidades: Salvador, Rio de Janeiro, Filipéia de Nossa Senhora das Neves (hoje João Pessoa). E assim começava no Brasil, sob a condução política da Corôa Portuguesa, a colonização portuguesa propriamente dita.

A nova terra brasileira despertava cobiça e ambição por parte de outros reinos da Europa, sendo o francês o povo europeu que primeiro entrou em disputa, no Brasil, contra Portugal. Por todo o litoral brasileiro, assim se poderia dizer, se encontravam expedições em navios franceses, comerciando directamente com os silvícolas. Depois, já no século XVII, no período filipino, um outro povo passou a manifestar forte cobiça pela terra brasileira, ameaçando directamente o predomínio português, que era o povo da Holanda, um dos domínios pertencentes à Casa d'Áustria, ao tempo de Filipe II, Filipe I de Portugal. O desafio do povo holandês, de espírito prático e mercantil, materializou-se na instituição da *Companhia das Índias*

* Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História.

Ocidentais, a qual tinha por objectivo a conquista do México, do Peru e do Brasil, em cujas terras já se produzia o açúcar. O chamado período das invasões holandesas no Brasil compreendeu duas fases: a primeira, na Bahia, de 1624 a 1625; a segunda, no Nordeste brasileiro, cujo centro foi o Recife, durou de 1630 a 1654, um período razoavelmente longo, de um quarto de século.

Assinala o Professor Baquero Moreno que a história do Brasil holandês se encontra ligada à figura de Maurício de Nassau, embora as opiniões sobre a sua importância envolvam divergências. Para Charles Boxer, Nassau foi um grande governador e deu maior coesão e prestígio ao governo do Recife; Mário Neme, porém, acha que o nobre holandês não passou de um mero cumpridor da política da *Companhia das Índias Ocidentais* numa época em que aquela instituição já recuava e se encontrava em acentuado declínio. Em 14 de Janeiro de 1637, chegara Nassau ao Recife, munido de amplos poderes de governador, de capitão e almirante-general, e começou a administrar a parte do Império no Nordeste brasileiro decorrente da experiência na Bahia, de 1624 a 1625.

As invasões holandesas ficaram conhecidas como a guerra do açúcar. Já em Portugal reinava, dentro ainda do período da união das coroas de Espanha e Portugal, Filipe IV, cujo valido, o conde-duque de Olivares, se encontrava a braços com gravíssimos problemas. A perda de Olinda, em Fevereiro de 1630, causara forte emoção por todo o reino lusitano. Era a Capitania mais rica do Brasil, centro do maior número de colonos portugueses na terra brasileira. Considerável e importante era na época a produção açucareira de Pernambuco.

Foi apresentado o pedido de que o reino tivesse um governador da Casa Real. Filipe IV, fundamentado nesse pedido, designou sua prima D. Margarida infanta de Sabóia e Duquesa de Mantua para aquele cargo em Portugal. Numa carta que escreveu Filipe IV à Câmara de Lisboa, em 12 de Novembro de 1634, dizia que contava com que a princesa, de seu sangue, governasse Portugal na qualidade de vice rei e capitão general. Manifestava a certeza de que essa cidade cumprisse com a sua obrigação e antiga lealdade de modo que a princesa *se pudesse haver no governo do dito reino como espero e como convém ao bem comum dos naturaes e vassallos dele*. Em nota ao pé de página, o Professor Baquero Moreno, que dá como fonte o Arquivo Municipal de Lisboa, livro de registo das cartas que se escrevem a el-Rei, fol. 109, segundo consta em *Elementos para a História do Município de Lisboa*, primeira parte, tomo IV, Lisboa, 1888, de Eduardo Freire de Oliveira. A Câmara deu resposta positiva, afirmando que a vinda da princesa era esperado com “grande alvoroço”.

Também nas cortes se havia manifestado que a formação de uma esquadra nacional para expulsar os invasores holandeses constituía num imperativo nacional, segundo o afirmara Joaquim Veríssimo Serrão na sua obra *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. A aquiescência da Câmara de Lisboa foi manifestada com satisfação e grande apoio e contentamento. O monarca em nova carta dava conta de seu contentamento pela boa recepção da princesa, que chegaria a Lisboa pelo Forte da Victória (no Terreiro do Paço) e, á noite, se deveriam realizar festas populares e expressões de júbilo. Em 17 de Junho de 1635, um decreto real impunha às Câmaras um subsídio para o socorro ao Brasil, a que se juntavam outras medidas.

É – diz Baquero Moreno – no âmbito destes dispositivos que se deve inserir a carta da duquesa de Mantua, que a seguir se transcreve na íntegra, a qual foi enviada ao cabido da Sé de Miranda, com um pedido de contribuírem pecuniariamente na constituição duma esquadra que partisse em auxílio do Brasil pernambucano ocupado pelos holandeses.

Íntegra da carta da duquesa de Mantua que consta do trabalho de autoria do Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno.

Por El Rej

Ao deão dignidades conegos e mais cabido da See de Miranda

Deão, dignidade, conegos e mais cabidos da See de Miranda. ElRey uos enuia muito saudar.

As cousas do estado do Brasil tem chegado a termos que com pouco que se dilate acudirhe na forma que he necessário se deue temer com todo fundamento que os Inimigos e senhores de tudo segundo o poder com que se acha pois tendo ocupado Pernambuco com tantas fortificações, a capitania de Itamaracá, a do Rio Grande e tendo posto em tanto aperto o cabo da santo Augusto tomou de nouo a Paraíba cometendoa com hua armada de quarenta naos, sincoenta e tantas lanchas e barcasas e com mais de sinco mil homens.

E sendo este successo tanto pera sentir como se deixa uer pella qualidade da perda, o fica sendo muito mais pera mim por o grande perigo e risco em que está de perder ou corromper a religião christam esta fee naquellas partes plantada nellas à custa de tanto sangue dos vassallos desta coroa e com tanta gloria do nome portugues faltando agora a mesma fee os Indios e alguns dos moradores daquelle estado, que se diz estão ja metidos com os Inimigos dando occasião a que outros os imitem e todos fiquem expostos, a que opprimidos e induzidos dos Inimigos e leuados de respeitos e interesses particulares deixem (o que Deus não permitta) a Santa Fee e se apartem da pureza da religião christã.

E he esta consideração pera mim de tanta força que só por ella não deixara de intentar todos os meynos possiveis em chegar ao ultimo esforço pera recuperação daquelle estado, o quall em nenhuu modo deixarey perder.

E por a mesma razão confio que os vassallos desta coroa acudirão com grande zello e cuidado com as suas [pessoas] vidas e fazendas a negocio de tanta importancia e tão apertada e precisa necessidade de uendo sse ter muita confiança que Deus concorrerá com seu diuino [...] legado os uassallos estiuessesem tão cegos que não quizessem uer estels] incomparaueis danos, euidentes perigos e total ruina e perdição se conquistase do mesmo reino e se não quizessem dispor a acudir com [pessoas] vidas e fazendas a recuperar o perdido e atalhar a se nam acabar de perder tudo me haveria eu por obrigado a uzar de todos os meynos e das pessoas e fazendas das vassallos da maneira que posso e deuo em tão apertada necessidade. Como demais de ser couza notoria o tem resolutos theologos e outras pessoas doutas a que o mandey uer.

E tambem se rezolueo por pessoas do conselho de estado deste reyno e por os ministros do conselho de Portugal que rezidem nesta minha corte de Madrid e por pessoas do meu conselho de estado de ambas as coroas em hua junta, que por meu mandado se fez nesta dita minha corte, a qual recuperação não pode intentar sem hua grossa e poderosa armada que tenho mando aprestar par o poder partir ato o mez de outubro seguinte.

E ainda que minha real fazenda está de todo consumida, não só desta coroa de Portugal, mas tambem da coroa de Castella. E as cousas desta monarchia estam por todas as uias tam apertadas e necessitadas de remedios grandes efficazes a resistir aos Inimigos que por todas as partes acometem.

Contudo por a grande estimação que faço e fiz sempre dos vassallos desta coroa e deste reino e suas conquistas e por a defensão e conseruação desta fee nellas, tenho resolutos que toda a fazenda real que ouuer nesta coroa se applique ao apresto desta armada e allem disso tenho. Mando que por esta coroa de Castella se faça hum grande esforço como agora mandey que por a mesma coroa de Castella se concorresse com parte da armada menor que uay diante e está aprestada para partir logo, tendosse por a mesma coroa de Castella despendido grandes sumas de dinheiro na recuperação da Bahia e em socorros que se enuiarão ao Brazil.

Mas tudo isto não basta nem com tanta parte pera se ajuntar a armada grande e poderosa e he precisamente necessário que concorrão e ajudem os vassallos esforçandosse a darem o mais que puder ser. E porque tenho mando que se uze dos meynos mais [...] e entre eles o que em primeiro lugar se offereçe he fiar do amor e fidelidade com que os mesmos vassallos tem acudido em todas as occasiões de meu seruiço e do bem publico do reyno.

E nesta presente mayor e mais apertada que tem auido se dispor a ordenarem hu seruiço uoluntario tão quantioso que se ueja bem que mereçem a confiança que delles faço e as merçes que terey cuidado de lhe fazer no que ouuer lugar.

Pello que uos encomendo que uos disponhais a concorrer nesta occasião com hum seruiço uoluntario tão quantioso quanto he necessário que seja sendo ella tão apertada e pera

hua armada tão grossa e poderosa. Assim das rendas [...] em comum como da dos particulares na forma que de todos [...] esperando quanto mais particular fica sendo esta obrigação [...] ecclesiástica tratandosse da honra de Deus e da conseruação [...] desta fee catholica e da pureza da religião christã naquell [...] pera dardes nisto o exemplo que conuem as mais pessoas ecclesiasticas e Igreja [...] de tratar deste mesmo seruiço como mais particularmente entenderéis do bispo desse bispado.

E fico tendo por certo de uos que em tudo correspondereis ao que nesta occasião pede meu seruiço e obrigaçam perto della de que terey sempre toda a lembrança. Escrita em Lixboa a 27 de Junho de 1635.

Margarida (assinatura autógrafa)

[Duquesa de Mantua]

(Documento pertencente a colecção particular)